



edição e política

Apresentação

Em “Cultura e política (1964-1969)”, Roberto Schwarz desenvolve “alguns esquemas” interpretativos com vistas a decifrar o Brasil após o Golpe de 1964. Para tanto, parte da seguinte premissa: “A presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá [o artigo foi escrito em 1970] não parou de crescer [...]”. Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”, que se concentra, cumpre frisar, “nos grupos diretamente ligados à produção ideológica”¹, portanto, longe das massas. Segundo o autor, esse quadro ou “esta anomalia” se mantém até a imposição do Ato Institucional n. 5, em 13 de

dezembro de 1968, pelo presidente Costa e Silva. Destarte, o acirramento do estado de violência sobre os setores culturais que se instaura, a partir de então, pode ser compreendido, segundo o autor, porque “em 1968, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constituem massa política perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento”².

Particularmente no que se refere ao mundo dos livros, a prisão do editor Ênio Silveira, em 14 de dezembro de 1968, ou seja, no dia seguinte à publicação do AI-5, guarda um significado profundo para uma parte do setor cultural que apostava na leitura, antes, na formação do leitor como um instrumento de transformação

1 R. Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969”, in *O pai de família e outros estudos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 71.

2 Idem, *ibidem*, pp. 72-3.

da sociedade. Ele mesmo declarou, em um depoimento registrado muito tempo mais tarde, que a produção editorial nos primeiros anos que se seguiram ao golpe não havia mudado de todo o programa por ele consolidado na Civilização Brasileira. Mas a tomada de consciência do novo regime se dera antes da prisão, quando a editora foi invadida e todo o material relativo à publicação das *Obras completas* de Lênin destruído pela polícia política. Em suas palavras: “Eu publiquei muitas dessas obras – do golpe no Brasil, dos erros do golpe, do Carpeaux e de outros, e essas eles apreendiam logo. Mas com as obras de Lênin, eu pensava, seria diferente, ele era um líder político, uma figura histórica, e provavelmente passaria – eu tenho visto estas coisas. Eles não apreenderam Marx. Pensei, se não apreenderam Marx, não apreenderam Engels, que lancei também, vou lançar o Lênin, que é um brilhante pensador”³.

Talvez, se pudéssemos recuar no tempo e flunar pelas livrarias da Cinelândia e de seu entorno, nos anos de 1965, compartilharíamos da mesma percepção de Ênio Silveira. Ou se percorrêssemos as estantes e bancadas das livrarias situadas no Centro Novo de São Paulo, partindo do Viaduto do Chá até a Biblioteca Mário de Andrade, ou seguindo mais adiante, até a Rua Maria Antônia, constataríamos, ainda nos idos de 1968, como o faz Roberto Schwarz, que “a produção de esquerda veio a ser um grande negócio, e

alterou a fisionomia editorial e artística do Brasil em poucos anos”⁴.

Notemos que desde o pós-Segunda Guerra Mundial os editores brasileiros vinham nadando com certo êxito contra a maré do analfabetismo, da carência de livrarias e do preço do livro, por meio de projetos editoriais não raro ousados e inovadores que miravam um público universitário em ascensão, ao mesmo tempo que laboravam para fazer com que o livro extrapolasse os já relativamente desbravados centros urbanos. É possível que este movimento intenso do mercado editorial brasileiro, responsável, inclusive, por levantar a guarda de editores conservadores contra o “perigo vermelho”, como veremos mais adiante, tenha criado uma infraestrutura suficientemente sólida para enfrentar os revezes do pós-1964.

E se os destinos tomados por cada editora após o golpe reafirmam ou enfraquecem a ideia de uma “hegemonia da cultura de esquerda” até 1969, não nos parece de todo fora do lugar a constatação segundo a qual as prateleiras das livrarias testemunharam uma resistência silenciosa, até o momento em que aqueles mesmos livros (e seus potenciais leitores) passaram a figurar como protagonistas de uma oposição massiva e ruidosa. O epílogo desastroso do programa conduzido pela Editora da Universidade de Brasília, fundada em 1961, como veremos no artigo de abertura do presente dossiê, cuja ocupação e intervenção do campus se deram no calor do golpe civil-militar, não pode ser inter-

3 J. P. Ferreira (org.), *Editando o editor 3: Ênio Silveira*, São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2003, p. 70.

4 R. Schwarz, op. cit, p. 77.

pretado senão no âmbito de uma editora universitária, portanto, pública, que se moldou de acordo com um projeto totalmente inovador e progressista no coração da nova e pulsante capital do país. Mas, ainda assim, as aspirações de intelectuais e editores que apostaram naquele projeto dizem muito dessa percepção segundo a qual as editoras refletiam, para retomar a hipótese de Schwarz, “grupos diretamente ligados à produção ideológica” ou, por assim dizer, um pensamento universitário no qual a esquerda se fazia hegemônica.

Tal perspectiva se alinha muito bem à estratégia da Difel, cujo catálogo traduz as noções e contradições da modernidade brasileira das décadas de 1950-1960. É o que vemos no artigo de Fabiana Marchetti, “A Difel e a coleção Corpo e Alma do Brasil: princípios para a construção de uma brasileira universitária (1957-1964)”. Dando continuidade às edições que repercutem os percalços da modernidade, Leonardo Nóbrega, em “A cultura a serviço do progresso social: a atuação de Jorge Zahar na construção de um projeto de país”, aborda a trajetória da editora do ponto de vista da composição do catálogo de ciências humanas e, de modo particular, dos títulos que conformaram um repertório importante, senão fundamental, para a formação e a crítica da sociedade brasileira.

As editoras de esquerda aparecem aqui representadas pela experiência mais promissora e longeva do PCB no campo editorial. Referimo-nos à Editorial Vitória, cujo artigo constitui um extrato da tese de doutoramento recentemente defendida por Vinícius Juberte.

No outro extremo do *front* político, dois artigos abordam a presença de

empresários, industriais e militares que se empenharam em construir uma infraestrutura editorial focada na propaganda anticomunista, com o apoio dos Estados Unidos. O primeiro artigo se intitula “Os Cadernos Nacionalistas do Ipês e a luta ideológica no mercado editorial do pré-1964”, de Camila Djurovic, que não apenas discorre sobre a história do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais formado por empresários e militares de alta patente, mas também descreve as características dos Cadernos do Instituto em contraste com os Cadernos do Povo Brasileiro, publicados pela Civilização Brasileira, demonstrando como a disputa ideológica dos anos 1960 ecoou em projetos editoriais destinados às massas. Essa perspectiva está presente na contribuição de Laura de Oliveira Sangiovanni, “Instituto Roberto Simonsen e Franklin Book Programs: relações internacionais e políticas editoriais para um Brasil ‘em desenvolvimento’ (1965-1971)”.

E se, como nos ensina Juan José Saer, “os políticos não falam em versos”, há de se fazer poesia! O artigo que encerra este dossiê busca recuperar o sopro de vida cultural que a Duas Cidades manteve vivo no Centro de São Paulo, já nos estertores da tão fatigada e sofrida década de 1970. Em “Sociabilidades literárias paulistas e as edições de poesia da Livraria Duas Cidades (1970-1980)”, Hugo Quinta retrata as correntes poéticas pulsantes na capital e que, graças à ação de Augusto Massi e do Professor Santa Cruz, foram convertidas em livros, na charmosa e hoje raríssima Coleção Claro Enigma.

O dossiê “Edição e Política” buscou reunir artigos cujas temáticas nos permi-

tissem compreender a ação de editoras de esquerda, mas também dos projetos declaradamente anticomunistas formulados na era do desenvolvimentismo brasileiro até a sua debacle, após o Golpe de 1964. Não se trata de uma temática inédita, muito pelo contrário, ela foi problematizada tanto por testemunhas oculares, que perceberam esse movimento de ebulição editorial vivenciado no país, como também por pesquisadores que, na esteira de Laurence Hallewell ou de Edgard Carone – para citar dois exemplos superlativos –, buscaram compreender esse período, por meio de contribuições monográficas. E se

a especificidade do dossiê que ora apresentamos ao público não reside no ineditismo da questão que o sustenta, parece certo que os sujeitos, temas e informações sobre os quais uma majoritariamente nova geração de pesquisadores aqui reunidos lança luz, vêm alicerçados com documentos, abordagens e perspectivas que demarcam um novo – e auspicioso – momento pelo qual passa a história do livro e da edição brasileira.

Marisa Midori Deaecto

Hugo Quinta